

**ORDEM & POLÍCIA. CONTROLE POLÍTICO – SOCIAL E FORMAS DE RESISTÊNCIAS EM PERNAMBUCO NOS SÉCULOS XVIII AO XX. GISELDA BRITO SILVA; SUELY CREUSA CORDEIRO DE ALMEIDA (ORG.). RECIFE: EDUFPE, 2007.**

Janaina Cardoso de Mello<sup>12</sup>

Há alguns anos a produção acadêmica abordando a temática “controle e policiamento” tem sido pesquisada por renomados intelectuais do nordeste vinculados à Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco e também ao Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano. Alguns trabalhos resultaram em teses de doutoramentos ou em artigos publicados em periódicos científicos nacionais ou internacionais.

Recentemente a reunião desses pesquisadores e de seus trabalhos propiciou a publicação da coletânea *Ordem & Polícia*. O livro é composto por oito artigos que compreendem a periodização histórica nos séculos XVIII ao XX, tendo como corte espacial a realidade Pernambucana nessa temporalidade.

Pernambuco constitui-se como um *locus* de insurgências desde a época colonial, quando foi cunhado seu imaginário político nativista em função das lutas contra os holandeses na restauração das terras do nordeste à Coroa portuguesa. No século XIX inúmeras sublevações militares eclodiram e aqueles a quem era destinada a manutenção da ordem foram responsáveis pelo terror citadino em Recife, ressoando com um lastro incendiário nas províncias vizinhas.

Como produto social e *corpus* de um Estado multifacetado, a polícia emerge nesse livro historicizada, analisando-se seu funcionamento, sua institucionalização, sua contradição enquanto protege os direitos (controle positivo) e quando reprime os

---

<sup>12</sup> Doutoranda em História Social, UFRJ, e professora de História do Brasil, UNEAL. e-mail: janainamello@uol.com.br

infratores (controle negativo), dentro de um contexto de interesses coletivos e individuais. Os embates entre o exercício do poder de direito e do poder de fato, o grau de legitimidade da instituição policial, bem como as políticas de segurança pública que conduzem o braço penal na sociedade são descortinados à luz de um caleidoscópio de documentos que envolvem desde as codificações das leis portuguesas no século XV com as Ordenações Afonsinas (1446) e posteriormente as Ordenações Manuelinas (1514-1521), perpassando os Ofícios do governo e as Atas de reunião do Conselho de Governo entre 1821 e 1834, a Legislação que compreende 1835 e 1845, os Regulamentos do corpo de polícia pernambucano, os fundos documentais da Secretaria de Segurança Pública e do Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) da primeira metade do século XX, jornais, entrevistas e Relatórios de agentes policiais, dentre outros.

No primeiro artigo *Juízes de Fora: a lei e a ordem na Capitania de Pernambuco*, Suely Creusa Cordeiro de Almeida, escreve sobre a instituição do juiz-de-fora no Brasil exerciam práticas de policiamento e controle da vida de homens e mulheres residentes nas cidades e vilas da América portuguesa.

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho Carvalho sob o tema *A Vossa Senhoria (...)* *incumbe a destruição de quilombos: juizes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado* trabalha os enfrentamentos entre uma liderança quilombola nas matas pernambucanas e as autoridades provinciais na década de 1820.

Abordando a organização do policiamento, suas dificuldades econômicas, políticas e sociais em meio aos instrumentos burocráticos oitocentistas Wellington Barbosa da Silva apresenta sua pesquisa sobre *A formação dos aparatos policiais no Recife oitocentista (1830-1850)*.

Clarissa Nunes Maia dá seqüência à obra no artigo *A organização policial em Pernambuco (1865-1915): a Polícia Civil e a Militar entre o Império e a República*, dando ênfase ao papel do Chefe de polícia em Pernambuco em meio às práticas de convívio entre policiais civis e militares.

Sobre *Getúlio Vargas, a polícia e os integralistas: aliados ou adversários?* Giselda Brito Silva mostra as relações entre o governo e a organização da polícia para atuar na repressão aos integralistas em Pernambuco.

Tendo como tema *DOPS: a estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990)*, Marcília Gama Silva descortina os porões e os personagens da polícia de repressão, trabalhando também a organização interna e burocrática dessa polícia.

Em um texto em língua espanhola Maria do Rosário de Fátima A. Leitão discute *Recife: da Cotidianidad obrera em el vargismo*, centrado no cotidiano operário da cidade de Recife, sendo este um dos lugares de maior resistência ao regime e por isso constituindo-se em alvo principal da repressão policial.

No último artigo *Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964)*, Antônio Torres Montenegro aborda o imaginário do medo relacionado ao comunismo vinculadas aos movimentos sociais rurais, bem como o combate à esses movimentos pelos organismos de controle.

Este livro nos aponta que quando a segurança pública é exercida arbitrariamente através da coação distancia-se de quaisquer perspectivas democráticas para o pleno exercício da cidadania. Somente com a constituição de instituições sólidas, transparentes e compromissadas com o bem estar da sociedade como um todo, teremos o respeito dos direitos civis e o cumprimento dos deveres não como uma imposição, mas como um pacto social entre todas as partes. É, pois, necessária a sua leitura, como reflexão e como aprendizado.